BIBLIOGRAFIA

TEMÍSTOCLES BRANDÃO CAVALCANTI — *Princípios gerais de direito administrativo* — Livraria Editora Freitas Bastos — Rio — 1945 — 538 páginas.

Nosso direito administrativo tem no Sr. TEMÍSTOCLES BRANDÃO CAVALCANTI o seu mais fecundo estudioso. Sua extensa obra é inteiramente dedicada ao direito público, e quase toda em especial ao direito administrativo. No seu longo tirocínio como Procurador da República no Distrito Federal, tem tido o Sr. TEMÍSTOCLES CAVALCANTI a constante oportunidade de acompanhar, nos seus detalhes, a aplicação dos nossos textos legislativos referentes à matéria. Com a observação amadurecida, ajudada pelo estudo metuculoso e ordenado da doutrina nacional e estrangeira, vem êle enriquecendo ininterruptamente a sua experiência pessoal e contribuindo, através de livros e trabalhos esparsos, para o melhor esclarecimento dos nossos juizes, que frequentemente recorrem aos seus ensinamentos, e, por outro lado, tem pôsto à prova seu abundante labor doutrinário pelo zelo com que acompanha a depuração e condensação do direito administrativo brasileiro nos arestos dos nossos tribunais, especialmente do Supremo Tribunal Federal. Tais títulos o levaram, com justiça, ao alto cargo de Consultor Geral da República, em que recentemente se empôssou.

Apesar dos seus afazeres funcionais e da sua intensa produtividade na literatura especializada, o Sr. TEMÍSTOCLES CAVALCANTI dedicou-se ainda ao magistério superior, na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro, e aparece agora em público com um livro didático — *Princípios gerais de direito administrativo*. Teve, na feitura dessa obra, conforme esclarece no prefácio, duas preocupações: condensar ao máximo a matéria da disciplina segundo os programas das faculdades de direito e de administração e finanças, e, ao mesmo tempo, incluir no livro a maior quantidade de matéria. Apesar dessas limitações impostas pelo plano do trabalho empreendido, o último livro do Sr. TEMÍSTOCLES CAVALCANTI traz a marca de um espírito que amadureceu no trato ininterrupto das mais diversas questões de direito administrativo e que pôde, assim, resumir num compêndio o esforço de muitos anos que lhe custou a elaboração dos seis alentados volumes do seu *Tratado*, recentemente concluído.

Outra limitação da obra, também premeditada, por motivo de se destinar a estudantes brasileiros, consiste em cuidar quase que exclusivamente do direito pátrio, com escassas referências ao direito de outros povos. Há, porém, nessa orientação, dupla vantagem: o autor põe ao alcance dos iniciantes grande massa de referências aos textos do nosso direito positivo, tão numerosos, esparsos, fragmentários, e simultaneamente contribui para formar, na mocidade das nossas escolas, o sentimento da autonomia da nossa cultura

jurídica, que só se afirmará quando tiverem os juristas brasileiros assentado solidamente os fundamentos teóricos do direito nacional, em função da nossa experiência social e da nossa tradição jurídica.

Não resta dúvida que uma obra de síntese didática, orientada no sentido da extensão da matéria e não no da profundidade dos problemas capitais, oferece dificuldades, que o próprio autor reconhece, e que são às vészes intransponíveis. O tratamento acurado de um pequeno número de questões básicas, cuja solução satisfatória pudesse lançar os rumos sistemáticos para o desbravamento das múltiplas questões particulares com que defrontamos na prática do direito, talvez fôsse mais proveitoso, por armar o estudante dos instrumentos com que completar mais tarde, por conta própria a sua formação intelectual. Para exemplificar, apontaremos os capítulos *do poder de polícia* (IX) e *da justiça na administração* (X), nos quais o Sr. TEMÍSTOCLES CAVALCANTI desenvolve exposição ampla, variada e muito instrutiva do ponto de vista quantitativo, deixando, porém, por força do método escolhido, de dar noções mais completas sobre as implicações teóricas dos atos discricionários, matéria de tanta relevância para a compreensão daquêles problemas.

A diversidade das matérias tratadas impede que nos detenhamos sobre pontos de vista defendidos pelo autor. Estenderíamos demasiadamente este registro, que não é de exame ou julgamento — pois nos falta qualificação —, mas apenas de regosio, por vermos o tratadista emérito ingressar no terreno da literatura didática, escrevendo para estudantes com a mesma proficiência com que até então vinha escrevendo para juristas. O livro começa com uma introdução, onde são expostas algumas noções de teoria do Estado e relativas ao nosso sistema de governo. Ocupa-se, depois, do conceito, relações e fontes do direito administrativo; dos atos e dos contratos administrativos; da função pública e seu regime jurídico; dos serviços públicos; das autarquias; das concessões de serviços públicos; das sociedades de economia mista; dos bens públicos; do poder de polícia; da justiça na administração e da responsabilidade do Estado. O desenvolvimento de cada um desses capítulos aborda grande número de temas que à primeira vista vão além do conteúdo das epígrafes, mas que a leitura do livro convence terem sido incluídos nas divisões apropriadas, preenchendo a finalidade confessada de reunir “a maior quantidade de matéria”. Nos pontos merecedores de estudo mais detido, notas marginais remetem para os lugares adequados do *Tratado* do autor.

O *Tratado de direito administrativo*, em seis volumes, é a obra principal do Sr. TEMÍSTOCLES CAVALCANTI, e de consulta obrigatória para os estudiosos da disciplina. Mas sua bibliografia copiosa compreende ainda: *À margem do ante-projeto constitucional* (1933); *Do mandado de segurança* (1.^a ed., 1934; 2.^a, 1936); *Instituições de direito administrativo*, 2 vols. (1.^a ed., 1936; 2.^a, 1938); *Prelácio e anotações* à edição brasileira da obra de ROGER BONNARD, *Sindicalismo, Corporativismo e Estado Corporativo* (1939); *Introdução* à 2.^a ed. da obra *Rios e águas correntes*, de M. I. CARVALHO DE MENDONÇA (1939); *O funcionário público e seu estatuto* (1940), além de grande número de artigos, ensaios e pareceres esparsos nas nossas publicações periódicas, dos quais temos uma lista longa na separata de um estudo do autor publicado na *Rev. do Serv. Público* (*O direito administrativo no Brasil*, Imp. Nac., 1944). É essa já tão vasta e consagrada obra que se enriquece agora com os *Princípios gerais de direito administrativo*, cujo aparecimento registramos com satisfação.

Vitor Nunes Leal